

Autismo E Direitos Humanos: Os Desafios Enfrentados Por Pessoas Com TEA Para A Inclusão Social E Profissional

Danilo Santos E Silva
Christian Business School - Flórida

Alessandra Barboza Barros Almeida
Facultad Interamericana De Ciencias Sociales

Lucas Freires Corrêa Da Costa
UNIC

Alberto Marçal Batista
Universidade Federal De Juiz De Fora Campus Governador Valadares

Ismênia Edwirges Bernardes Marçal
Universidade Federal De Minas Gerais

Roberto Wallace Viana
CESAP

Lucas Eduardo Alves Teixeira
Must University

Marcos Roberto Da Silva Cavalcante
Word University

Nicolle Martins Viana Gomes
Centro Internacional De Pesquisa Integralize

Evania De Sousa Almeida
UNINTA

Alinne Nauane Espíndola Braga
Faculdade Anhanguera

Tiago Silveira Machado
UFPB

Riverson Ferreira Rodrigues
Universidade Federal Do Ceará (UFC)

Isabel Gomes Silveira Bezerra
Faculdade Metropolitana De SP

Mara Darcanchy
(In Memoriam)
Unifacvest

Marcelo Roberto Bruno Válio

Unifacvest

João Batista Martins Teixeira

Fundação Universidade Federal Do Tocantins

Lucas Alves

UFRRJ

Resumo:

Este artigo analisa os desafios enfrentados por pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no tocante à inclusão social e profissional, à luz dos direitos humanos. Por meio de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, foram entrevistados 15 profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social e recursos humanos, que atuam diretamente com pessoas autistas ou com políticas de inclusão. Os dados foram coletados mediante entrevistas semiestruturadas e analisados de forma interpretativa, destacando os obstáculos enfrentados, como preconceito, falta de acessibilidade, ausência de preparo institucional e carência de políticas públicas efetivas. Os resultados indicam a necessidade urgente de ações intersetoriais, sensibilização da sociedade e fortalecimento dos marcos legais para garantir o exercício pleno dos direitos fundamentais. Conclui-se que, apesar de avanços pontuais, ainda há um longo caminho para uma inclusão plena e digna das pessoas com autismo na sociedade e no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Autismo.

Date of Submission: 19-05-2025

Date of Acceptance: 29-05-2025

I. Introdução

A inclusão social e profissional das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem se consolidado como uma pauta relevante dentro dos debates sobre direitos humanos e justiça social. Com o aumento nos diagnósticos e a maior visibilidade do autismo nos últimos anos, torna-se urgente compreender os mecanismos sociais, institucionais e culturais que dificultam ou promovem a participação ativa dessas pessoas na sociedade (Moher et al., 2015).

O autismo é caracterizado por um espectro de condições que afetam o desenvolvimento neurológico, impactando a comunicação, o comportamento e as habilidades sociais. Essa diversidade dentro do espectro exige abordagens individualizadas, o que representa um desafio para os sistemas de educação, saúde e trabalho, muitas vezes despreparados para lidar com a complexidade das necessidades das pessoas autistas (Neto et al. 2018).

Do ponto de vista legal, os direitos das pessoas com deficiência, incluindo o TEA, estão resguardados por legislações como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015). No entanto, o distanciamento entre a legislação e a prática cotidiana ainda compromete a efetivação dos direitos das pessoas com autismo, perpetuando exclusões e desigualdades. A inclusão profissional é uma das áreas mais críticas nesse cenário (Nunes; Alves, 2022).

As barreiras não são apenas estruturais, mas também culturais e simbólicas, como o preconceito, a desinformação e a ausência de políticas corporativas inclusivas. Muitos indivíduos autistas enfrentam obstáculos já na fase da formação escolar, o que reverbera no ingresso e na permanência no mercado de trabalho. No ambiente social, a falta de acessibilidade comunicacional e sensorial, bem como a escassez de serviços públicos adequados, contribui para o isolamento e a marginalização das pessoas autistas (Santos; Leite, 2022).

Em muitos casos, os próprios familiares enfrentam discriminação ao tentar garantir os direitos dos seus entes queridos, evidenciando que a luta por inclusão extrapola o indivíduo e afeta núcleos familiares inteiros. Além disso, há um desafio recorrente no que diz respeito à intersetorialidade das políticas públicas. A fragmentação entre saúde, educação, assistência social e trabalho dificulta a construção de estratégias integradas e contínuas, que possam acompanhar a pessoa com autismo ao longo da vida. O resultado é uma atuação pontual e ineficaz, incapaz de produzir mudanças significativas (Vieira; Pereira, 2020; Weizenmann; Pezzi; Zanon, 2020).

Diante desse contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar os desafios enfrentados pelas pessoas com Transtorno do Espectro Autista no âmbito da inclusão social e profissional, a partir da perspectiva de profissionais que atuam diretamente com esse público em diferentes setores.

II. Materiais E Métodos

A presente pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, cujo propósito foi compreender as percepções e experiências de profissionais envolvidos na inclusão de pessoas com TEA. Optou-se por essa abordagem em virtude da complexidade e subjetividade que envolvem os processos de

inclusão, os quais não podem ser reduzidos a dados numéricos, mas demandam uma análise interpretativa da realidade vivenciada. A amostra da pesquisa foi composta por 15 profissionais atuantes nos campos da educação, saúde, assistência social e recursos humanos, todos com experiência no atendimento direto ou indireto de pessoas com autismo. A seleção dos participantes se deu por amostragem intencional, buscando garantir diversidade de áreas de atuação e realidades institucionais distintas. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas entre fevereiro e março de 2025, em formato presencial ou remoto, conforme a disponibilidade dos entrevistados. As entrevistas seguiram um roteiro com perguntas abertas, permitindo que os participantes compartilhassem suas experiências, desafios e percepções sobre a inclusão de pessoas com autismo.

III. Resultados E Discussões

Os relatos dos profissionais entrevistados evidenciaram que, apesar dos avanços legais, a inclusão social e profissional das pessoas com autismo ainda esbarra em inúmeros desafios cotidianos. A primeira categoria emergente foi a carência de capacitação dos profissionais que atuam diretamente com o público autista, sobretudo na educação e saúde.

Segundo os respondentes E02 e E09, muitos professores e médicos ainda desconhecem as especificidades do TEA, o que compromete um atendimento qualificado. “A gente vê muito professor despreparado, que não sabe como lidar com um aluno autista e acaba pedindo a saída dele da escola” (E02). Já E09 ressaltou: “Na saúde, falta empatia e conhecimento. O atendimento é frio, impessoal, e muitas vezes não considera a forma de comunicação dessas pessoas”. Outro ponto crítico mencionado foi o preconceito velado nos espaços sociais e profissionais.

De acordo com E05 e E08, há uma resistência implícita à convivência com pessoas autistas, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho. “Muitas empresas dizem ser inclusivas, mas quando aparece um candidato autista, a vaga desaparece” (E08). E05 reforçou: “Ainda existe muito estigma. As pessoas acham que o autista não vai dar conta, que vai atrapalhar a equipe”.

A dificuldade de comunicação foi apontada como uma das barreiras mais impactantes para a inclusão. Profissionais como E03 e E11 relataram que a ausência de estratégias adaptativas nos ambientes escolares e profissionais limita a autonomia dos indivíduos com TEA. “O ambiente não se comunica com eles. Não há pictogramas, intérpretes, ou qualquer tipo de recurso acessível” (E03). “As empresas não investem em comunicação alternativa, nem tentam entender a linguagem do autista” (E11).

Outro aspecto recorrente foi a falta de políticas públicas intersetoriais. E01 e E13 destacaram que as ações governamentais ainda são fragmentadas e descontínuas. “A gente precisa de um acompanhamento que vá da infância até a vida adulta. Hoje, há políticas para crianças, mas e o autista adulto?” (E01). “Na assistência social, somos poucos e sobrecarregados. Falta conexão com a educação e saúde” (E13).

No campo profissional, a ausência de programas de qualificação e adaptação no ambiente de trabalho foi apontada como um grande obstáculo. Segundo E04 e E12, há uma idealização do autista genial, o que desconsidera a heterogeneidade do espectro. “Ou acham que todos são gênios como no cinema, ou pensam que são incapazes. Não há meio-termo” (E04). “As empresas não adaptam funções, não flexibilizam rotinas, não acolhem as diferenças” (E12).

A exclusão digital também apareceu como um fator de agravamento da desigualdade. E07 relatou: “Hoje tudo é online, mas muitos autistas não têm apoio para lidar com isso. A tecnologia podia ser uma aliada, mas virou mais uma barreira”. Diversos entrevistados apontaram o papel das famílias como fundamentais no processo de inclusão, mas também relataram o cansaço emocional e a sobrecarga.

Conforme E06 mencionou: “São os pais que brigam por vaga, por atendimento, por respeito. É muito solitário para eles”. Já E15 observou: “Muitas mães precisam abandonar o trabalho para cuidar dos filhos. Isso também é exclusão social”. A ausência de diagnósticos precoces e a dificuldade de acesso a especialistas foram apontadas como fatores que atrasam a inclusão. Segundo E10, “muitas crianças só recebem o diagnóstico com 6, 7 anos, e isso compromete todo o processo educativo e terapêutico”.

A falta de representatividade em espaços de decisão também foi mencionada. E14 afirmou: “Quantas pessoas autistas participam da construção das políticas que afetam suas vidas? Pouquíssimas. Isso precisa mudar”. Outros entrevistados, como E03 e E06, destacaram que, mesmo nos casos em que há inclusão formal, ela é superficial. “O aluno está na sala, mas não aprende. O funcionário foi contratado, mas não é integrado à equipe. Isso é maquiagem” (E03). “É uma inclusão sem pertencimento” (E06).

A insegurança institucional também foi mencionada. E08 afirmou: “Muitas escolas e empresas têm medo de serem processadas por não atenderem bem. Então preferem não incluir”. A formação continuada foi apontada como um caminho essencial. E12 sugeriu: “Tem que haver capacitação permanente. Não adianta uma palestra por ano. É preciso formação de verdade”.

Alguns participantes relataram experiências positivas, destacando a importância do apoio institucional. E07 compartilhou: “Onde trabalho, temos uma política séria de inclusão. Acolhemos, adaptamos, ouvimos. Lá trabalho, mas funciona”. Por fim, muitos enfatizaram a importância da empatia e da escuta ativa. E01 concluiu: “Incluir não é caridade, é respeito. É garantir o direito de cada um existir como é”.

IV. Conclusão

A pesquisa revelou que a inclusão social e profissional de pessoas com autismo ainda enfrenta entraves significativos no Brasil, apesar dos avanços normativos e do crescente debate sobre o tema. A ausência de políticas públicas intersetoriais, o despreparo de profissionais, o preconceito institucional e a falta de recursos acessíveis constituem os principais obstáculos apontados pelos participantes da pesquisa. As experiências relatadas evidenciam que a inclusão, para além de ser um direito, demanda um compromisso coletivo entre Estado, instituições e sociedade. Não basta garantir o acesso físico ou formal aos espaços; é necessário criar ambientes de acolhimento, respeito e pertencimento, que considerem as singularidades de cada indivíduo no espectro autista. O envolvimento da família, o acesso ao diagnóstico precoce, a formação continuada de profissionais e o incentivo à participação ativa das pessoas autistas nas decisões que lhes dizem respeito são ações fundamentais para transformar a realidade de exclusão que ainda predomina. Dessa forma, conclui-se que é urgente ampliar as ações afirmativas e políticas públicas que assegurem não apenas a inclusão formal, mas a efetiva participação das pessoas com TEA na vida social e profissional, garantindo, assim, o pleno exercício de sua cidadania e o respeito à sua dignidade humana.

Referências

- [1] Moher, D. Et Al. Principais Itens Para Relatar Revisões Sistemáticas E Meta-Análises: A Recomendação Prisma. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 335 Brasília, 24(2): Abr-Jun., 2015.
- [2] Neto, A. O. S. Et Al. Educação Inclusiva: Uma Escola Para Todos. *Revista Educação Especial*, V. 31, N. 60, P. 81-92, Jan./Mar., 2018.
- [3] Nunes, J. C. S.; Alves, F. I. B. M. Inclusão De Criança Com Autismo Em Sala De Aula. *Revista De Psicologia*, V. 16, N. 63, 2022.
- [4] Santos, A. A. S.; Leite, D. S. Inclusão De Alunos Com Autismo No Ensino Regular: Análise De Uma Escola De Ensino Fundamental. In *Scielo Preprints*, 2022.
- [5] Vieira, J. N.; Pereira, M. P. M. A Inclusão Escolar Do Aluno Autista: Algumas Considerações. *Ciência: Gerenciais Em Foco*, V. 11, N. 9, 2020.
- [6] Weizenmann, L. S.; Pezzi, F. A. S.; Zanon, R. B. Inclusão Escolar E Autismo: Sentimentos E Práticas Docentes. *Psicologia Escolar E Educacional*, V. 24, 2020.